

Competitividade da agricultura orgânica no estado do Paraná

Cleiciele Albuquerque Augusto (G-UEM)
Maria Iolanda Sachuk (UEM)

REFERÊNCIA

AUGUSTO, C. A. e SACHUK, M. I.
Competitividade da agricultura orgânica no estado do Paraná. In: **CADERNO DE ADMINISTRAÇÃO**.
V. 15, N.2, p. 9-18, JUL/DEZ. 2007.

RESUMO

Nestes primeiros anos do século XXI a degradação ambiental tornou-se assunto prioritário na pauta de discussões dos mais diversos segmentos da sociedade, devido aos alarmantes resultados de pesquisas desenvolvidas sobre o assunto. Assim, faz-se necessário que as mais diversas áreas da ciência façam a sua parte para contribuir com esta empreitada que se apresenta. Para tanto, muitos estudiosos vêm desenvolvendo pesquisas sobre agronegócio, no intuito de mostrar que, em muitos empreendimentos rurais, a agricultura orgânica pode ser competitiva, devido ao valor que agrega ao produto pela chancela do Selo Verde. Deste modo, o objetivo desta pesquisa foi o de verificar quais são os critérios competitivos e as principais características inerentes a este tipo de cultivo no Estado do Paraná. A pesquisa é do tipo descritiva, qualitativa e corte transversal. Os resultados apontaram que a vantagem competitiva deste tipo de cultivo está na diferenciação do produto, em virtude da qualidade auferida pela não utilização de insumos químicos, bem como na preocupação com o meio ambiente.

Palavras-chave: Agricultura orgânica. Competitividade. Produção agrícola.

1 INTRODUÇÃO

É válido afirmar que a agricultura tem um importante papel no processo de crescimento econômico de um país, quer pela sua importância no emprego de recursos, quer pela geração de renda que proporciona. Esta perspectiva é condizente com a idéia de Barriga (1995, p.84) ao afirmar que “a agricultura representa a atividade econômica e social básica de toda a nação e se não for sólida, produtiva e eficiente dificilmente poderá dar base ao desenvolvimento nacional”.

Nesse contexto, Romeiro (1998) destaca que a agricultura está chamada a desempenhar um papel importante, senão decisivo, no encaminhamento das estratégias de eco desenvolvimento por vários motivos. Um deles é a questão da centralidade na fundamentação da segurança alimentar, um direito que não está assegurado a todos.

Entre as propostas para esse problema de insegurança alimentar, Romeiro (1998) enfatiza que é preciso repensar os *modelos de agricultura*, revisando os conceitos de inovações e de progresso técnico, mas levando-se em conta a sensibilidade social e ecológica. Destaca-se, assim, a necessidade de desenvolver estratégias de desenvolvimento, destinadas a realizar plantios agrícolas em condições ecologicamente equilibradas e socialmente sustentáveis.

O ponto central da questão pode ser elucidado pelas palavras de Garcia (2001, p.30) ao evidenciar que a agricultura “representa uma atividade básica para a sustentação da espécie humana no planeta, mas, ao mesmo tempo, também promove intensa modificação nos ambientes naturais”. Esta afirmação coloca em destaque o fato de que, ao passo que a atividade agrícola é essencial para a sobrevivência humana, a maneira como esta é realizada interfere intensamente no equilíbrio do meio ambiente.

A partir do momento que essa modificação ambiental começa a ser questionada, surge a necessidade de que os produtores rurais passem a considerar as técnicas que utilizam nos seus cultivos. Isto porque, algumas questões estão surgindo, trazendo reflexões sobre novas formas de se pensar a agricultura, formas estas que levam em consideração o equilíbrio do meio ambiente, bem como a produção de alimentos mais saudáveis, sem aditivos químicos.

Sabe-se que o modelo de agricultura predominante atualmente é o tradicional, baseado na utilização intensiva de insumos químicos. No entanto, Ferreira e Brandenburg (1998, p.15) propõem que “a reflexão sobre outras formas de agricultura se contrapõe, de imediato, à constatação de que existe uma forma de agricultura que é hegemônica. Ao mesmo tempo, indica a percepção de que outros modelos agrícolas têm a possibilidade histórica de se realizarem ou se consolidarem”. Entre estes modelos, surge a opção do cultivo orgânico, cujos princípios atendem a sustentabilidade do meio ambiente por absterem-se da utilização de aditivos químicos, beneficiando, desta forma, a saúde do produtor rural e dos consumidores.

Considerando o contexto acima descrito, as ciências administrativas também vêm dando a sua contribuição, demonstrando, de maneira conceitual, aos administradores rurais que estes, por meio de uma gestão focada na sustentabilidade ambiental, continuarão competitivos e com um diferencial, este **chancelado pelo selo verde**, que garante a origem do produto. Nesta perspectiva, pretendeu-se responder as seguintes questões: Quais são os critérios competitivos e as principais características inerentes a agricultura orgânica no Estado do Paraná?

2 A AGRICULTURA ORGÂNICA

Inicialmente, destaca-se a colocação de Khautonian (2001) ao enfatizar as escolas em agricultura ecológica, surgidas nas décadas de 1920 a 1940 como reações aos problemas trazidos pela poluição industrial, advinda dos sucessos do desenvolvimento técnico e econômico ocidental, e pela agricultura quimificada. Estas escolas “usavam adjetivos como biológico-dinâmico, orgânico ou natural, para se diferenciarem da doutrina dominante centrada na química” (KHAUTONIAN, 2001, p. 25).

Neste trabalho, foi escolhida a terminologia Agricultura Orgânica, porque, segundo Khautonian (2001), devido ao desenvolvimento em número e qualidade bem como ao crescimento do mercado para esses produtos, esta corrente de produção sentiu a necessidade da formação de uma organização, em nível internacional, não só para a troca de experiências entre países, mas também para instituir padrões de qualidade para os produtos de todos os movimentos. Então, após um processo de decisão, foi adotado o termo geral “agricultura orgânica” para indicar este conjunto de propostas alternativas, fundando-se em 1972 a IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements).

A partir de então, a IFOAM começa a ditar as normas para que os produtos pudessem ser vendidos com o selo orgânico. Estas normas, além de proibirem os agrotóxicos, limitam a utilização dos adubos químicos e incluem ações de conservação dos recursos naturais. (KHAUTONIAN, 2001).

De acordo com Mello (2005, p.12), o conceito de agricultura orgânica envolve:

Um sistema de produção que se apóia no manejo equilibrado do solo e dos demais recursos naturais, partindo do pressuposto de que a fertilidade da terra deve ser buscada na matéria orgânica, rica em microorganismos capazes de fornecer os elementos necessários ao desenvolvimento das plantas ao mesmo tempo em que as torna resistentes a pragas e doenças.

Percebe-se que a agricultura orgânica está em todos os aspectos intimamente ligada a questão da sustentabilidade, quer da natureza, quer do trabalhador, quer do consumidor e de todos os organismos influenciados pelo processo de produção. Neste aspecto, Claro e Claro (2004, p.18) afirmam que a “sustentabilidade tem ganhado importância cada vez maior na sociedade levando cadeias agroindustriais a buscar processos e estratégias de gerenciamento que equilibrem fatores ecológicos, econômicos e sociais”. Deste modo, sustentabilidade em agricultura relaciona-se à rentabilidade da propriedade, qualidade ambiental e qualidade de vida dos produtores, de suas famílias e dos consumidores.

3 COMPETITIVIDADE

Para Porter (1986), o conceito de competitividade compreende posicionar o empreendimento de modo que suas capacidades proporcionem a melhor defesa contra o conjunto de forças competitivas existentes, influenciando-as por meio de estratégias competitivas. Neste aspecto, Levi (1992, p.187) destaca que a competitividade “é consequência do grau de foco que o produto conseguiu em relação aos requisitos do mercado, e também da colocação que a marca está obtendo com suas vantagens competitivas em relação aos concorrentes”.

No presente trabalho, objetivando o estudo da competitividade na agricultura orgânica, enfatizou-se a idéia presente nas palavras de Tubino (2000, p. 22): “ser competitivo é ser capaz de superar a concorrência naqueles aspectos de desempenho que os nichos de mercado visados mais valorizam”.

No entanto, torna-se viável inquirir quais são os aspectos de desempenho de um sistema produtivo que os nichos de mercados visados apreciam. Entre os aspectos de desempenho que podem influenciar a escolha dos clientes encontram-se o custo percebido por eles, a confiabilidade da entrega, a qualidade dos produtos e os serviços prestados ao cliente (TUBINO, 2000). Ressalta-se que estes serão utilizados como critérios competitivos no estudo da competitividade da agricultura orgânica no Estado do Paraná.

3.1 COMPETITIVIDADE DA AGRICULTURA ORGÂNICA

A agricultura tradicional, baseada nos preceitos da Revolução Verde, como o uso de insumos químicos, sementes de alta produtividade e mecanização, está sendo repensada em função de um modelo fundamentado na agroecologia, que busca harmonizar a produção agrícola com a proteção ao meio ambiente. Esta preocupação se iniciou, de acordo com Assis et al (1995, p.84), pelo fato de que “a busca irrefreável de aumentos constantes de produtividade agrícola, através do uso de agrotóxicos e adubações minerais pesadas, tem ocasionado a poluição dos alimentos e do meio ambiente em níveis indesejáveis”.

Assim, conforme colocam Assis et al (1995), como reação à especialização da agricultura decorrente do processo industrial, surgiram, no século XX, movimentos que tomaram força a partir de sua segunda metade, a favor de uma agricultura baseada em conceitos sociais, ecológicos, de reciclagem e economia global e que questionam a aplicação do modelo industrial à agricultura. Dentre estes, tem especial destaque a agricultura orgânica.

No Brasil, na década de 1980 e especialmente na de 1990, as organizações ligadas à produção orgânica, de acordo com Khautonian (2001, p.32), se multiplicaram, “cresceu o número de produtores e a produção se expandiu em quantidade, diversidade e qualidade”. Khautonian (2001) afirma, inclusive, que há pouco mais de 20 anos, o mercado era limitado a umas poucas feiras de produtores e à venda de cestas semanais diretamente ao consumidor e, hoje, a situação é diferente, visto que estas feiras estão presentes em praticamente todas as capitais do centro sul do país.

Segundo Mello (2005), os produtos orgânicos também começaram a ser vendidos em supermercados a partir de 1997, o que contribui para aumentar sua visibilidade. Paralelamente, outros canais de comercialização foram criados, como a entrega em domicílio e às feiras, como destacado anteriormente por Khautonian (2001), e, mais recentemente, seu uso em restaurantes, escolas e pousadas.

Vale destacar que as feiras, segundo Khautonian (2001, p.32), se enquadram perfeitamente na filosofia do movimento orgânico, que recomenda a comercialização direta com o consumidor. Destaca-se aqui a vantagem competitiva relacionada ao aspecto serviço, já que a comercialização direta do produtor com o consumidor propicia a solidificação de uma relação personalizada e de cooperação entre ambos. Esta relação não ocorre na prática agrícola tradicional em que a venda é feita indiretamente, ou seja, por intermédio de supermercados.

Atualmente, a produção orgânica no Brasil, segundo Khautonian (2001, p.32), “inclui hortaliças, soja, açúcar mascavo, café, frutas (banana, citros), cereais (milho, arroz, trigo), leguminosas (feijão, amendoim), caju, dendê, erva-mate, plantas medicinais e vários produtos de menor expressão quantitativa”. Khautonian (2001) ainda ressalva que os principais produtos exportados têm sido a soja, o café e o açúcar, mas a evolução do mercado e das iniciativas de produção tem sido muito rápida.

3.1.1 Consumidores e Expectativas

Conforme colocam Cantillano et al. (2001, p.79), “a tendência de desenvolvimento de novos paradigmas na produção de alimentos, priorizando as seguranças alimentar e ambiental, tem levado a mudanças comportamentais de consumo”. Isto porque, atualmente, há maior consciência das populações sobre a importância da seleção de alimentos saudáveis na prevenção de doenças e na melhoria da qualidade de vida.

Segundo Claro e Claro (2004, p.20), “os consumidores e a sociedade como um todo estão se tornando cada vez mais atentos a questões como saúde, segurança alimentar, e aos efeitos sociais e ecológicos adversos das atividades econômicas”. Idéia esta que é confirmada por

Souza et al (1991, p.37), pois, segundo eles, “a cada dia aumenta a exigência de produtos com melhor qualidade para o consumidor, seja para consumo *in natura* ou para transformação pela agroindústria”. Neste cenário, o mercado passará a ser atraente para os produtos orgânicos, especialmente para frutas, é o que observam Cantillano et al (2001, p.84): “no novo milênio, a produção e o consumo de alimentos saudáveis, especialmente frutas, produzidas com uma clara consciência ecológica, convertem-se em oportunidade viável para a agricultura”.

Nesse contexto, Mello (2005, p.12) destaca que “a crescente procura por alimentos mais seguros e o aumento da consciência ecológica dos consumidores vem transformando a agricultura orgânica, nos últimos anos, num autêntico e disputado nicho de mercado”.

Sobre este assunto, Assis et al (1995) deixam claro em uma de suas pesquisas que apesar de alguns acharem os produtos orgânicos mais caros do que os da agricultura convencional, em geral, consideravam o fator preço irrelevante, confirmando sua hipótese de que um diferencial de preços não altera o consumo dos produtos orgânicos. Neste aspecto, segundo Giordano (1995, p.82), “já se percebe a disposição dos consumidores de pagarem de 25% a 30% a mais por produtos que tenham, comprovadamente, através de selos ambientais ou orgânicos, as características de sanidade e segurança procuradas por eles”.

Destaca-se, assim, que a agricultura orgânica possui custos de produção superiores ao cultivo tradicional, uma vez que essa não se utiliza de tecnologia intensiva nos insumos empregados no processo produtivo. Este fator contribui para aumentar os preços dos produtos orgânicos no mercado. No entanto, de acordo com aos autores acima citados, apesar de apresentar preços superiores aos produtos tradicionais, o cultivo orgânico disponibiliza produtos que, pela sua qualidade, são valorizados pelo mercado, tornando viável, em termos econômicos e sociais, a implementação deste tipo de cultivo. Nota-se, então, que a vantagem competitiva alcançada pela qualidade dos produtos, favorece a aceitação, pelos clientes, de preços mais elevados dos produtos orgânicos no mercado.

Nesse contexto, tornam-se válidas as palavras de Garcia (2001) ao observar que práticas e tecnologias que incorporem a conservação da base de recursos naturais e aproveitamento dos serviços de biodiversidade em agroecossistemas, apesar de terem um maior custo, propiciam uma produtividade econômica aceitável, e, certamente, levam à reconstituição de processos ecológicos importantes para a manutenção da capacidade produtiva do agroecossistema ao longo do tempo.

Menezes (1998) destaca a identificação da agricultura orgânica com modelos que dão ênfase à diversificação da produção, isto pela sua flexibilidade estrutural, possível por meio utilização da técnica de rotação de culturas. Outro fator que a coloca em vantagem é a diferenciação dos produtos oferecidos, já que estes são isentos de insumos químicos. Este fator está intimamente relacionado ao aspecto de desempenho confiabilidade do cliente, visto que este acredita que o agricultor está lhe vendendo um produto cuja produção ocorreu sem a utilização de agrotóxicos.

Assis et al (1995, p.89) afirmam que “a divulgação mais ampla dos alimentos orgânicos e dos problemas da agricultura convencional levará ao aumento considerável na demanda”. Entretanto, os autores também deixam claro que o aumento desse mercado esbarra na oferta ainda incipiente desses produtos. Assim, percebe-se que há demanda para os produtos orgânicos, no entanto, a oferta ainda é limitada pela capacidade produtiva deste tipo de cultivo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa compreendeu uma fase quantitativa e outra qualitativa. Este procedimento é indicado por Thiollent (1997, p.136) ao afirmar que “o qualitativo remete no fundo, a uma questão de semântica da linguagem com o qual são descritas as situações observadas. O

quantitativo, por sua vez é voltado para a medição. Mas medição sem conceito ou sem apreensão qualitativa dos fenômenos não faz sentido”.

A pesquisa é do tipo descritiva que, segundo Triviños (1987), tem por objetivo descrever, criteriosamente, os fatos e fenômenos de determinada realidade, de forma a obter informações a respeito daquilo que já se definiu como problema e/ou oportunidade a ser investigado. O corte desta pesquisa é transversal, pois neste tipo de estudo “[...] os dados são coletados em um ponto no tempo, com base em uma amostra selecionada para descrever uma população nesse determinado momento” (RICHARDSON, 1989, p.93).

Os dados secundários são oriundos de documentos sistematizados pela EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), da SEAB (Secretaria em Estudo da Agricultura e do Abastecimento) e do CEAO (Conselho Estadual de Agroecologia do Paraná).

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS SECUNDÁRIOS

Os dados aqui apresentados dizem respeito à evolução da produção orgânica no Estado do Paraná, bem como aos fatores indutores do seu crescimento e das dificuldades enfrentadas pelos pequenos empreendedores rurais.

Os dados levantados apontaram para uma área produtiva de 11.330 hectares, totalizando uma área média de 3 hectares por produtor rural, o que proporcionou um VBP (Valor Bruto de Produção) de US\$ 42.5 milhões, na safra de 2004/2005.

Tabela 1 - Evolução da Produção Orgânica e Número de Produtores no Estado do Paraná – Safra 1996/1997 a 2004/2005

SAFRAS	Produção em Toneladas	Número de Produtores
1996/97	4.365	450
1997/98	15.500	800
1998/99	20.010	1.200
1999/00	22.608	2.310
2000/01	35.539	3.077
2001/02	47.958	3.478
2002/03	52.270	3.908
2003/04	66.256	4.122
2004/05	75.900	4.138
OBS: Número de produtores cumulativo		

Fonte: Dados fornecidos pela EMATER e SEAB.

Conforme Tabela 1, a produção orgânica no Estado do Paraná demonstrou um crescimento de 1600% nos últimos oito anos, com uma produção de 75.900 toneladas em, aproximadamente, 4.138 propriedades.

- Consciência do consumidor;
- Realização de eventos;
- Interesse da Imprensa;
- Agroindústria Orgânica;
- Redes de supermercados.

Fonte: Pesquisa - EMATER e SEAB, 2007.

Quadro 1: Fatores Responsáveis pelo Crescimento da Agricultura Orgânica no Estado do Paraná

Esse crescimento da agricultura orgânica deu-se, conforme aponta o quadro disposto acima, em função da maior consciência do consumidor e interesse da imprensa no que diz respeito à produção isenta de agrotóxicos. Estas informações são condizentes com as palavras de Claro e Claro (2004, p.20) ao afirmarem que “os consumidores e a sociedade como um todo estão se tornando cada vez mais atentos a questões como saúde, segurança alimentar, e aos efeitos sociais e ecológicos adversos das atividades econômicas”.

Outros fatores que propiciaram esse crescimento foram a realização de eventos sobre o tema e o interesse mostrado por redes de supermercados em agregar produtos orgânicos ao seu mix, o que está de acordo com a colocação de Mello (2005) ao destacar que, no Brasil, a entrada de orgânicos nos supermercados ocorreu a partir de 1997, contribuindo para aumentar sua visibilidade.

- Comercialização
- Assistência Técnica
- Pesquisa
- Certificação
- Linha de Crédito Especial
- Pouca Organização
- Falta de Compradores
- Pouca Divulgação
- Falta de Planejamento da Produção
- Gestão da Propriedade
- Transporte (logística)
- Insumos
- Custo de Produção
- Falta de Sementes e Mudanças Orgânicas
- Trabalhadores Rurais Habilitados

Fonte: Pesquisa - SEAB/DERAL e EMATER-PR, 2007.

Quadro 2: Dificuldades Enfrentadas pela Agricultura Orgânica no Estado do Paraná

Percebe-se, pelos dados apresentados no quadro acima, que as principais dificuldades encontradas pelos produtores orgânicos estão relacionadas à comercialização, gestão da propriedade no que diz respeito ao planejamento e à organização, transporte (logística), assistência técnica, obtenção de certificações e de linhas de créditos especiais, escassez de pesquisas e de divulgação sobre o assunto, de sementes e mudas orgânicas, bem como de compradores e de trabalhadores rurais habilitados. No que se refere a falta de compradores e pouca divulgação, Assis et al. (1995, p.89) apontam que “a divulgação mais ampla dos alimentos orgânicos e dos problemas da agricultura convencional levará ao aumento considerável na demanda”.

Destaca-se que os outros fatores apontados pela EMATER, relacionados às dificuldades da agricultura orgânica no Estado do Paraná, não foram mencionados na bibliografia utilizada neste trabalho.

Utilização de agrotóxicos	Não utiliza agrotóxicos ou qualquer outro produto químico na produção e processamento dos alimentos
Adubação com produtos químicos	Faz uso de adubos naturais e não tóxicos, proibindo o uso de adubos químicos altamente solúveis
Presença de resíduos químicos nos alimentos	Produz alimentos livres de resíduos químicos

Características de sabor, cor, vigor, textura e cheiro dos alimentos	Mantém as características naturais de vigor, sabor, cor, brilho, textura e durabilidade dos alimentos
Qualidade nutricional	Mantém o equilíbrio natural das qualidades nutricionais dos alimentos
Vigor e durabilidade	Os alimentos apresentam vigor e durabilidade
Transgênicos	Proíbe a utilização de organismos geneticamente modificados
Biodiversidade	Recupera a biodiversidade, pois essa é uma condição básica para o equilíbrio da produção
Sustentabilidade	Atividade sustentável ao longo do tempo

Fonte: Pesquisa – CEAO, 2006.

Quadro 3 - Características da produção orgânica

De acordo com as informações contidas no quadro 3, a produção orgânica não faz uso de agrotóxicos ou produtos químicos e produz alimentos livres de resíduos químicos. Estas colocações são confirmadas por Khautonian (2001) ao declarar que as normas ditadas pela IFOAM para que os produtos possam ser vendidos com o selo orgânico incluem, além de ações de conservação dos recursos naturais, a proibição do uso de agrotóxicos e a limitação do emprego de adubos químicos.

Conforme ressaltado no quadro acima, a produção orgânica é caracterizada pela atividade sustentável ao longo do tempo, bem como pela recuperação da biodiversidade. Estes fatores são admitidos por Garcia (2001) ao observar que práticas e tecnologias que incorporem a conservação da base de recursos naturais e aproveitamento dos serviços de biodiversidade em agroecossistemas propiciam uma produtividade econômica aceitável, e, certamente, levam à reconstituição de processos ecológicos importantes para a manutenção da capacidade produtiva do agroecossistema ao longo do tempo.

Outra característica da produção orgânica baseada na utilização de adubos naturais e não tóxicos, destacada no quadro 3, é confirmada por Mello (2005) ao esclarecer que no cultivo orgânico a fertilidade da terra deve ser buscada na matéria orgânica, rica em microorganismos capazes de fornecer os elementos necessários ao desenvolvimento das plantas ao mesmo tempo em que as torna resistentes a pragas e doenças.

Destaca-se que todas as características acima mencionadas agregam valor aos produtos orgânicos, visto que estes são produzidos de uma maneira diferenciada, levando em conta a sustentabilidade ambiental. Este fator proporciona uma vantagem competitiva a estes produtos em relação aos produtos tradicionais, pois os posiciona convenientemente no que diz respeito aos requisitos exigidos por um nicho de mercado promissor. Estas afirmações são condizentes com as colocações sobre competitividade de Porter (1986), Levi (1992) e Tubino (2000) e demonstram a competitividade da agricultura orgânica.

6 CONCLUSÕES

Concluimos com a pesquisa realizada que a competitividade na agricultura orgânica é determinada pela diferenciação do produto, isto é, pelo valor agregado ao produto por meio de critérios qualificadores como qualidade, confiabilidade de entrega e serviços prestados ao cliente. Estes, em geral, ocorrem devido ao fato de que os produtos são isentos de agrotóxicos. Outro critério competitivo descoberto diz respeito a alta demanda de produtos orgânicos no mercado, bem como a sua oferta insuficiente; o que denota um nicho de mercado atraente para novos empreendedores rurais.

Considerando a ênfase dada a saúde e qualidade de vida pela sociedade atualmente, bem como a preocupação com a degradação ambiental, percebeu-se uma vantagem competitiva da agricultura orgânica no que diz respeito aos seus princípios e métodos de cultivo.

Apreendeu-se que o sistema de produção necessita de políticas que o façam sustentável e, para isso, é importante entender a agricultura sob perspectiva ecológica e equilibrá-la com lucro, qualidade de vida, desenvolvimento da comunidade e necessidades do consumidor. Neste aspecto, compreendeu-se que a escolha da prática da agricultura orgânica pode ser considerada um estilo de vida do empreendedor rural. Quanto ao consumidor, vai além do estilo de vida, pois depende também de seu poder aquisitivo.

Destaca-se que a maior limitação da presente investigação foi a escassez de pesquisas sobre empreendimentos agrícolas que se utilizam da prática da agricultura orgânica, bem como sobre a competitividade deste ramo de atividade. Mesmo assim, foi possível apreender os principais critérios competitivos deste tipo de prática agrícola, conforme destacado acima.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Renato Linhares de et al. Consumo de produtos da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 84-89, jan./mar. 1995.

BARRIGA, Cláudio. Tecnologia e competitividade em agronegócios. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 83-90, out./dez. 1995.

CANONICE, Bruhmer Cesar Forone. **Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2007.

CANTILLANO, Rufino Fernando Flores; MANDAIL, João Carlos Medeiros; MATTOS, Maria Laura Turino. Mercado de alimentos: tendência mundial. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 22, n. 213, p. 79-84, nov./dez. 2001.

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel. Desenvolvimento de indicadores para monitoramento da sustentabilidade: o caso do café orgânico. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 18-29, jan./fev.mar. 2004.

FADINI, Marcos Antonio Matielo; LOUZADA, Julio Neil Cassa. Impactos ambientais da agricultura tradicional. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 22, n. 213, p. 24-29, nov./dez. 2001.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

GARCIA, Maria Alice. Ecologia aplicada a agroecossistemas como base para a sustentabilidade. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 22, n. 213, p. 30-38, nov./dez. 2001.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. Agricultura Sustentável: novos desafios para o agribusiness. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 77-82, out./dez. 1995.

KHAUTONIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: IAPAR, 2001.

- LEVI, Alberto R. **Competitividade organizacional**. São Paulo: Makron McGraw-Hill, 1992.
- MELLO, Sueli. Potencial orgânico: produtos certificados conquistam espaço dentro e fora do país. **Problemas Brasileiros**, São Paulo, v. 42, n. 364, p. 12-15, jul./ago. 2005.
- MENEZES, Francisco. Sustentabilidade ambiental uma nova bandeira? In: FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998. p. 249-270.
- PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 7. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume, 1998.
- SOUZA, Ivan Sérgio Freire de; et al. Competitividade Agrícola Brasileira. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 26, n. 3, p.32-44, jul./set. 1991.
- THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.
- TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- TUBINO, Dalvio Ferri. **Manual de planejamento e controle da produção**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2000.